

A Primavera Acadêmica e o custo do conhecimento

Moreno Albuquerque de Barros*

Resumo A Primavera Acadêmica se refere aos recentes movimentos entre acadêmicos e cientistas em favor do acesso livre e contra as políticas das editoras comerciais acadêmicas. O artigo apresenta um panorama dos custos envolvidos na editoração comercial de periódicos científicos, bem como das justificativas de editores e acadêmicos que sustentam ou rejeitam o processo de publicação com fins lucrativos da literatura acadêmica. Defende a formulação de alternativas de comunicação científica e consolidação do movimento de acesso aberto, alheio às interferências de grandes conglomerados comerciais.

Palavras-chave Primavera acadêmica; Periódicos acadêmicos; Elsevier; Acesso livre; Comunicação científica.

Academic spring and the cost of knowledge

Abstract The Academic Spring refers to the recent movements among scholars and scientists in favor of open access and against the policies of the academic publishing industry. This article presents an overview of the costs involved in the publishing of commercial journals as well as the justifications by publishers and academics who support or reject the for-profit publishing process of academic literature. Advocates the formulation of alternative scholarly communication and the consolidation of the open access movement, oblivious to the interference of business interests.

Keywords: Academic Spring; Scientific journals; Elsevier; Open access; Scholarly communication.

A Primavera Acadêmica

Pouco meses depois da versão árabe, outra primavera está ocorrendo. A chamada “Primavera Acadêmica” se refere aos recentes movimentos entre acadêmicos e cientistas em favor do acesso

* Mestre em Ciência da Informação – IBICT/URFJ. Doutorando em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia – UFRJ. Biblioteca do Centro de Tecnologia | Universidade Federal do Rio de Janeiro. Av. Athos da Silveira Ramos, 149 Bloco B 2º andar Ilha do Fundão - 21941-909 - Rio de Janeiro – RJ. Tel: 2562-7304 / 2562-7291. E-mail: moreno.barros@gmail.com.

livre e contra as políticas das editoras comerciais acadêmicas ou, incorrigivelmente, as que possuem fins lucrativos. O posicionamento cresceu a partir de um texto publicado em blog pelo britânico Timothy Gowers¹, detentor da medalha Fields, maior honraria no campo da matemática. O texto, que conclama um boicote à editora acadêmica Elsevier, alcançou notoriedade na mídia e nas redes sociais no início de 2012 e motivou a criação do The Cost of Knowledge², um website que permite que outros acadêmicos e pesquisadores publiquem seus protestos e afirmem o compromisso de não apresentar manuscritos, revisar artigos ou fazer o trabalho editorial de periódicos, em particular aqueles publicados pelo conglomerado Elsevier.

As principais razões levantadas por Gowers que justificam o boicote são os altos preços das assinaturas dos periódicos científicos e o valor cobrado pelos artigos avulsos, além do apoio oferecido pela Elsevier a algumas políticas restritivas, como o Research Works Act (projeto de lei que tramitou no congresso americano e continha disposições para proibir o acesso aberto à pesquisa financiada pelo governo federal e efetivamente reverter o NIH Public Access Policy, que exige que toda pesquisa financiada pelos contribuintes americanos seja de livre acesso).

Gowers também critica a prática exercida pela Elsevier conhecida como "agrupamento", onde ao invés de dar às bibliotecas a escolha de quais revistas desejam assinar, eles oferecem a opção entre uma grande coleção de revistas (títulos escolhidos por eles) ou nada. Portanto, se algumas revistas da Elsevier presentes no "pacote" são indispensáveis para uma biblioteca, a instituição se verá forçada a assinar, a taxas muito elevadas, um grande número de periódicos indesejados. Dado que as bibliotecas têm orçamentos limitados, isso geralmente significa que não podem assinar revistas que definem como prioritárias. Consequentemente, esta prática prejudica não apenas as bibliotecas, mas também outros editores. Além disso, quando as bibliotecas tentam negociar melhores ofertas, a Elsevier se mostra implacável nos cortes de acesso a todos os seus periódicos.

Para bibliotecários que vêm tentando sensibilizar a comunidade acadêmica e a sociedade em torno destes problemas, Fister (2012) relembra que a Primavera Acadêmica deste ano parece chegar atrasada. São pontos que muitos acadêmicos e bibliotecários têm levantado há vários anos, aparentemente com relativo sucesso, mas saldo econômico pouco positivo. Não restam dúvidas de que o movimento de open access se ampliou nos últimos anos, mas as assinaturas de periódicos continuam necessárias e extremamente caras.

A carreira dos acadêmicos depende da publicação em periódicos de maior fator de impacto possível. Publicar rotineiramente em periódicos de baixo impacto ou classificação Qualis reduzida é o mesmo que cometer suicídio profissional. Um empecilho para a consolidação em larga escala do movimento de acesso livre na academia é que grande parte dos periódicos de acesso aberto, em diferentes campos do conhecimento, têm fatores de impacto muito abaixo dos títulos estabelecidos. Então, até que a comunicação científica encontre uma maneira melhor de avaliar o desempenho das pesquisas, é provável que a maioria dos acadêmicos continue a publicar em periódicos com maior fator de impacto. O problema central é que grande fatia dos periódicos com grandes índices de impacto estão vinculados às editoras acadêmicas com fins lucrativos.

¹ <http://gowers.wordpress.com/2012/01/21/elsevier-my-part-in-its-downfall/>

² <http://thecostofknowledge.com/>

O que parece estar dando incentivo à campanha em favor do boicote é a sua própria petição, que possui agora mais de 12 mil assinaturas, incluindo dezenas de acadêmicos, pesquisadores e bibliotecários brasileiros. A adesão em massa ao boicote levou a Elsevier a emitir uma série de declarações públicas na tentativa de tranquilizar a comunidade acadêmica, indicando que estava disposta a ouvir suas preocupações. Em seguida, a empresa retirou o seu apoio ao Research Works Act, que já tinha recebido fortes críticas dentro e fora dos EUA, e o projeto de lei por sua vez foi finalmente retirado pelos dois membros do Congresso que o haviam proposto.

A Primavera Acadêmica, o boicote à Elsevier e a crítica às grandes editoras científicas comerciais são fortes indicativos da insatisfação de muitos acadêmicos com o modelo comercial da comunicação científica atual. Dentre suas bandeiras, o modelo do open access advoga que toda pesquisa científica financiada pelos contribuintes ou investimentos públicos sejam disponibilizado na internet de graça, acessível a todos. Contrariamente, é prática comum em algumas áreas que periódicos científicos cobrem taxas na entrada, pela publicação de artigos originais, e na saída, pelo acesso aos artigos publicados, em suas versões impressas ou digitais. O acesso restrito imposto pelos editores científicos comerciais não apenas desperdiça orçamentos institucionais, mas atrapalha a descoberta científica e impõe barreiras para o público, a fim de exercer seus direitos democráticos e participação cidadã.

O grande (e)feito de Gowers, o projeto do The Cost of Knowledge, ou a Primavera Acadêmica como um movimento amplo, é colocar o modelo econômico de publicações científicas em xeque. Agora os acadêmicos não estão apenas reclamando da situação a qual estão subordinados há décadas, mas estão discutindo soluções práticas e reais, esboçando os contornos de um futuro diferente. Os editores científicos comerciais não podem mais contar apenas com seu status, porque precisam dos acadêmicos mais do que o contrário (FISTER, 2012). O protesto que move a Primavera Acadêmica é contra uma editora, mas o princípio se estende para além desse editor.

Provavelmente estamos lidando aqui com novos nomes para velhos problemas, mas parece ser um momento oportuno para trabalhar e usar talentos e recursos para apoiar formas alternativas de comunicação científica e consolidar o movimento de acesso aberto, alheio às interferências de grandes conglomerados comerciais. O momento é interessante para oferecer um panorama sobre este debate, e é o que este artigo propõe.

O custo do conhecimento

As intensas críticas sob as quais os grandes editores comerciais de periódicos científicos estão nos últimos meses partem de acadêmicos insatisfeitos com o fato de o trabalho produzido por eles e seus pares, financiado em grande parte pelos contribuintes (por meio de recursos públicos, editais de fomento, bolsas de pesquisa e orçamentos das universidades e instituições de pesquisa), permanecer acessível somente mediante pagamento avulso ou contratos de assinaturas junto às editoras responsáveis pela publicação desses trabalhos. Um duplo pagamento por parte dos contribuintes: na comissão da pesquisa e no acesso aos resultados.

É natural que a grande mídia e editores comerciais cobrem pelo acesso à informação, e pagando salários a seus jornalistas e editores, suas empresas geram a maior parte do conteúdo que é comercializado. Os editores comerciais acadêmicos, ao contrário, recebem seus artigos, gerenciam a revisão por pares e realizam a maior parte do processo de edição inteiramente de graça, a custo zero.

Aproximadamente 1,5 milhão de artigos originais são publicados todos os anos³, veiculados em periódicos pertencentes a um pequeno número de grandes editoras comerciais científicas e acadêmicas, entre elas Elsevier, Springer, Wiley e Taylor and Francis.

O Brasil gasta em torno de R\$120 milhões anuais (ALMEIDA; GUIMARÃES; ALVES, 2010) para garantir que 326 instituições do país acessem mais de 31 mil revistas científicas por meio do Portal de Periódicos da Capes, modelo de consórcio de bibliotecas único no mundo, inteiramente financiado pelo governo nacional. É importante ressaltar que o Portal de Periódicos da Capes foi criado justamente sob a perspectiva de que seria demasiadamente caro atualizar os acervos com a compra de periódicos impressos para cada uma das universidades do sistema superior de ensino federal. Obviamente o valor investido nesses contratos é muito inferior ao que seria necessário para dotar as instituições individualmente, com o mesmo acervo de periódicos, mas a premissa desses investimentos e ponto primordial do debate da Primavera Acadêmica é consensual: o preço das assinaturas de periódicos científicos cresceu ao ponto de se tornar insustentável para as instituições de pesquisa e universidades. Outrossim, as universidades públicas devem oferecer informação gratuitamente – assim como o financiamento público deve gerar bens públicos.

Sempre que alguém não vinculado a instituições associadas ao consórcio do Portal de Periódicos da Capes tenta acessar um artigo de periódico online, o acesso ao resumo do texto é geralmente livre. Sem esse vínculo, a leitura de um único artigo na íntegra publicado por um dos periódicos da Elsevier custa 31,50 dólares (aproximadamente 65 reais). A Springer cobra 34,95 dólares (aproximadamente 72 reais) e Wiley-Blackwell, 42 dólares (aproximadamente 87 reais). À guisa de exemplo, uma recente licença de acesso aos artigos e periódicos eletrônicos do publicador, às instituições usuárias do Portal de Periódicos da CAPES, foi obtida por meio de contrato de licitação ao valor de 132.221 reais pela assinatura de 14 títulos de periódicos vinculados à American Physiological Society⁴.

O retorno é astronômico. O balanço comercial de 2011 da Elsevier, a maior editora de periódicos acadêmicos, com mais de dois mil títulos em sua pasta, foi de 36% de lucro, crescimento de 724 milhões de libras em um total de 2 bilhões de libras em ganhos comerciais ao longo do ano⁵. A Springer reportou margem de lucro de 33,9% ou 294 milhões de euros em um total de 866 milhões de euros em 2010, um aumento de 4% em comparação ao ano anterior. No primeiro trimestre de 2012, Wiley apresentou ganhos de 106 milhões de dólares na sua divisão científica e acadêmica, sob ganhos totais de 253 milhões de dólares, uma margem de lucro de 42%. Isso representa um aumento em 13% comparado ao ano anterior. O lucro da divisão acadêmica da Informa (Taylor and Francis) para a primeira metade de 2011 foi de 32,4% ou 47 milhões de

³ <http://www.quora.com/How-many-academic-papers-are-published-each-year>

⁴ Diário Oficial da União (D.O.U.) 25/04/2012, pág 22. Seção 3.

⁵ <http://www.economist.com/node/18744177/>

libras, sob ganho total de 145 milhões de libras, um aumento de 3,3% sobre o lucro do ano anterior (MORRISON, 2011).

As margens de lucro das quatro grandes editoras acadêmicas são todas na faixa de 32 a 42% das receitas (mais do que, por exemplo, a melhor margem de todos os tempos da Apple, 29% em 2011⁶). Além disso, Elsevier, Springer, Taylor and Francis e Wiley costumam comprar os seus competidores, respondendo por mais de 40% de todos os artigos publicados em periódicos acadêmicos comerciais (MCGUIGAN; RUSSEL, 2008).

Em suma, a comunicação científica atual é caracterizada por um pequeno grupo de editoras acadêmicas comerciais aproveitando lucros acima da média em um mercado que busca ganhos até mesmo em tempos de severas perdas e cortes nos orçamentos de instituições de pesquisa, universidades e bibliotecas (MORISSON, 2011), onde a maior parte do conteúdo vendido por esses editores é produzido, revisado e lido por acadêmicos, a custo zero para os editores comerciais.

As instituições de pesquisa e universidades podem sofrer um declínio no apoio da opinião pública, já que ao grande público está sendo negado o acesso aos trabalhos acadêmicos. Em algum momento essas instituições e universidades públicas devem responder por que elas estão permitindo que professores e funcionários doem seu tempo e esforços em apoio aos editores comerciais (DJSTATES, 2012). E as instituições públicas acadêmicas precisam explicar por que estão rotineiramente transferindo propriedade intelectual valiosa para esses editores sem receber compensação ou sem se submeter a um processo de negociação aberto e transparente.

A versão do editor

Grosso modo, os grandes editores indicam que o preço elevado pelo acesso é necessário para manutenção do processo de revisão por pares de alta qualidade, quando na realidade são percebidos como contribuidores aquém das expectativas, simplesmente reunindo artigos em periódicos e empurrando-os para as bibliotecas apertadas em orçamentos, com a intenção de obter grandes margens de lucros.

Graham Taylor (2012) argumenta que essa é uma distorção grosseira da realidade. O processo de publicação envolve: solicitação e gestão de submissão de artigos, gestão da revisão por pares; edição e preparação de manuscritos; produção dos artigos, publicação e divulgação de periódicos; arquivamento. O Nature Publishing Group, por exemplo, emprega cerca de 100 editores, distribuídos entre seus títulos, cujo trabalho é avaliar as submissões e organizar a revisão por pares. O resultado final funciona como um selo de qualidade, ajudando os leitores a encontrar conteúdo relevante e confiável.

Em relação ao acesso aos artigos, os editores acreditam que os investimentos realizados por suas empresas são o que sustenta os pesquisadores de várias maneiras. Estes investimentos incluem

⁶ http://ycharts.com/companies/AAPL/profit_margin

bancos de dados de texto e imagem, navegação, alertas e notificações de citações e análises de referências, além de investimentos recentes em tecnologias móveis, redes sociais, visualização e mineração de dados. Esses investimentos fazem parte do ecossistema acadêmico e são fornecidos pelos editores, sem mencionar que quase a totalidade dos periódicos está disponível eletronicamente – gerenciados, digitalizados, estruturados, indexados e divulgados pelos editores.

Todos os custos são pagos, atualmente, por uma combinação de assinaturas e taxas para publicação. Uma modalidade é a instituição de uma cobrança por artigo publicado, que é paga por todos os autores que tiverem seus manuscritos aprovados para publicação. Exemplo recente dessa prática no Brasil é a Revista de Saúde Pública⁷. Outra modalidade de cobrança é o pagamento de uma taxa inicial por parte dos autores para que seu artigo seja disponibilizado online, gratuitamente, assim que for publicado (chamado acesso livre “dourado”).

Para os financiadores da ciência, talvez isso não seja um problema. A publicação de artigos pode ser encarada como um custo de pesquisa da mesma forma como a compra de uma centrífuga para o laboratório é um investimento de pesquisa (WALPORT, 2012). O importante é maximizar o benefício público da pesquisa que é publicada e a única maneira de fazer isso é por meio de distribuição.

Entretanto, se essas modalidades de publicação se tornarem a norma para a literatura primária, calcula-se que o custo por artigo pode atingir preços bastante altos, especialmente para publicação em revistas altamente seletivas, como Nature, Cell ou Science.

Outro repetido argumento dos editores comerciais é que existe uma lacuna entre o que as bibliotecas universitárias gostariam de possuir em suas coleções e o que elas podem efetivamente assinar, mas essa lacuna não existe por conta dos altos preços das assinaturas ou o lucro das editoras, e sim porque, durante décadas, tem havido um decréscimo nos orçamentos das bibliotecas e do investimento global em pesquisa e desenvolvimento.

O investimento global em P&D é de cerca de 1,2 trilhão de dólares por ano e cresce mais de 4% a cada ano (WISE, 2012). Este crescimento serve de combustível para o aumento no número de pesquisadores e projetos de pesquisa e conseqüentemente o número de artigos que são produzidos com qualidade suficiente para serem publicados.

É importante resgatar aqui a descrição de Price (1963) para o período que chamou “Little Science”, antes da Segunda Guerra Mundial, e a “Big Science”, posterior à guerra, definindo o dinheiro como a coisa mais anormal no período da Big Science. Braga (1974) explica em detalhes os cálculos de Price para o incompatível crescimento do custo da ciência em comparação ao crescimento do número de cientistas.

Os editores acreditam que sem seus investimentos na indústria da comunicação científica, as coisas seriam bem diferentes, a ponto de os acadêmicos ainda estarem andando pelo campus lendo livros e artigos das prateleiras de suas bibliotecas. A realidade atual é que os acadêmicos leem as informações eletrônicas dirigidas pelo investimento das editoras na criação de revistas

⁷ http://201.55.67.237/rsp_usp/mensagem/pub/bemvindo.php?tipo=0

eletrônicas, a digitalização de seus arquivos, a estruturação e indexação do conteúdo e a disponibilização através da internet.

As margens de lucro de algumas das maiores editoras são retratadas como uma afronta moral, dadas as dificuldades orçamentais que as bibliotecas enfrentam. Infelizmente, as editoras parecem ser parte de uma ampla reação contra a suposta ganância corporativa e revogação da responsabilidade social. Mas as editoras precisam gerar lucro e esse é um direito delas. Os lucros derivam de eficiência e ditam a inovação, e não deixam de ser taxados – o que fornece aos cofres públicos potencial para financiar pesquisas. Editoras acadêmicas geram 10 mil empregos no Reino Unido e são importantes fonte de renda líquida para o Reino Unido. Os membros da Associação de Editoras pagam mais impostos para o erário público do Reino Unido do que todas as universidades do Reino Unido pagam coletivamente a todos os editores para acesso às suas revistas (TAYLOR, G., 2012).

As editoras, no entanto, têm dito que estão abertas a abordagens alternativas em combinação com modelos de publicação viáveis, tais como a capitalização de acesso aberto (dourada) ou repositórios, desde que o intervalo de tempo (o "período de embargo") entre a primeira publicação e a disponibilização em um repositório não mine fatalmente os fluxos de receita. Sugerem até a possibilidade de migração para o acesso aberto, trabalhando com agências de financiamento, órgãos governamentais, pesquisadores, bibliotecários e outros interessados em expandir o acesso, mas de uma forma que garanta que a revisão por pares e a publicação continue como uma função essencial. Mas exigem ser pagos de alguma forma, e esse modelo precisa ser sustentável no longo prazo.

A versão do acadêmico

Acadêmicos podem considerar enganosos, a ponto de desonestidade, os argumentos dos editores comerciais, porque deixam de mencionar fatos importantes no processo editorial científico. Quando mencionam a produção de artigos, o que os editores estão querendo dizer é exclusivamente publicação e divulgação de periódicos. Dessa forma, como a solicitação por artigos é feita por editores que nada produzem, o seu custo de produção é zero. Se a publicação e a divulgação de periódicos for o núcleo central da logística de publicação científica, os acadêmicos sozinhos seriam perfeitamente capazes de se encarregar desse trabalho. Ademais, um acadêmico pode passar a vida sem realizar uma submissão a um periódico com base em uma solicitação. Os pesquisadores conhecem quais publicações são relevantes em seu campo, sem a necessidade de serem propagadas pelos editores.

A gestão das submissões é feita em grande parte eletronicamente, através de software, e tem basicamente custo marginal zero. Os custos de aquisição, instalação e manutenção do software podem ser significativos, mas não há qualquer razão para que sejam necessários: software livre,

como o Open Journal Systems⁸ (SEER, na adaptação brasileira) e a plataforma Annotum⁹ permitem a criação e gestão de revistas eletrônicas sem nenhum custo financeiro.

A revisão por pares é feita em parte via eletrônica e, em parte, pelos editores, de modo que os custos residuais para a editora são muito pequenos (TAYLOR, M., 2012). Toda a manipulação do processo de peer review é realizada por acadêmicos voluntários na maior parte dos casos, assim como o processo de edição, onde revisores não pagos contribuem para eliminar erros de digitação, corrigir vernáculo e detalhes similares. Muito do trabalho na preparação dos manuscritos consiste em adicionar metadados, menos importante para os acadêmicos do que para os editores.

Os editores comerciais sustentam que o real valor de seu trabalho funciona como um selo de qualidade, ajudando os leitores a encontrar conteúdo que é relevante e confiável para eles. Mas em empresas que encaram os cânones da comunicação científica e o processo de revisão por pares como oportunidades de obter lucros, esses selos de qualidade podem ser entendidos como etiquetas. Assim como as etiquetas de roupas que fazem algumas pessoas parecerem mais interessantes do que outras, a etiqueta correta de um determinado periódico pode oferecer um olhar elegante para os gestores acadêmicos e a máquina burocrática da ciência, que normalmente possuem poder de controle sobre cargos e salários de acadêmicos e pesquisadores. E por essa razão, a maior parte dos acadêmicos busca publicar em periódicos de acesso restrito: porque eles possuem um valor mais alto baseado em etiquetas. As editoras contam com o argumento da qualidade do conteúdo para cobrar preços abusivos, mas esse argumento se invalida à medida que o conteúdo não seja sua real preocupação.

As editoras acadêmicas se vangloriam de serem líderes exportadoras em seu setor, contribuindo para o capital produtivo de seus países. Mike Taylor (2012) sugere que os ganhos obtidos pela comercialização da publicação acadêmica se transformam em gastos ainda maiores aos contribuintes, expressadas em oportunidades perdidas de crescimento econômico, devido às barreiras de acesso aos textos científicos.

Em seu texto contra a Elsevier, Gowers (2012) não acredita ser útil acusar as editoras de comportamento imoral: são um grande negócio e querem maximizar seus lucros, pois é o que as empresas comerciais fazem. As editoras comerciais são como seria de esperar, mas os acadêmicos tem poder de barganha muito maior do que estão exercendo no momento, pela razão simples de que não precisam dos seus serviços editoriais. Isso não quer dizer que a moralidade seja descartada, mas as questões morais estão entre acadêmicos e outros acadêmicos, e não entre acadêmicos e a Elsevier. Em resumo, se um acadêmico publicar em periódicos da Elsevier ele está tornando mais fácil para esta tomar medidas que prejudicam as instituições acadêmicas, de modo que ele não deveria.

Estou pensando em histórias que me foram ditas sobre os matemáticos das principais universidades que foram banidos dos periódicos da Elsevier. Algo que eu não sei, mas estaria interessado em saber, é se os matemáticos nos países em desenvolvimento podem pagar para

⁸ <http://seer.ibict.br/>

⁹ <http://annotum.org/>

obter acesso a periódicos Elsevier. Se não, então isso seria outro argumento moral poderoso contra se submeter a eles (GOWERS, 2012).

O autor explica que outra razão por que os acadêmicos cooperam com a Elsevier é simplesmente porque é embaraçoso não fazê-lo. Se algum acadêmico é convidado para revisar um artigo de um periódico da Elsevier, sendo uma escolha apropriada para o trabalho de revisor, recusar o chamado soa como uma crítica ao editor que fez o convite, que pode muito bem ser alguém próximo. Se se esquivar desse dever pode decepcionar também os autores, que também podem ser pessoas que conhece.

Nas áreas de teoria pura e humanidades, os custos de pesquisa são relativamente baixos e são financiados proporcionalmente. Mas os custos dos periódicos não escalam em termos de equiparação, como por exemplo, um periódico da área de Ciência da Informação normalmente possuir o mesmo valor de assinatura do que um periódico da área de Nanotecnologia. A compra de artigos individuais não é mais barata em áreas onde os gastos com as pesquisas são menores. Outra preocupação é que em áreas do conhecimento que não são capazes de atrair financiamento para pagar os custos de pesquisa ou pagar as taxas de publicação exigidas pelos editores, poderá haver diminuição de produção da literatura acadêmica.

No final das contas, a questão não é meramente o custo dos periódicos acadêmicos. O problema são as barreiras para acessá-los, sob qualquer preço (TAYLOR, M., 2012). Pesquisas que são financiadas por governos ou instituições de fomento, realizadas por cientistas para o bem do mundo, habitualmente ficam trancadas atrás dos paywalls das editoras acadêmicas comerciais, cuja contribuição é muito menor. Assim, mesmo que o preço pelo acesso fosse irrisório, ele seria inaceitável.

Revisitando os cânones das publicações científicas

Parece estranho que os pesquisadores que submetem artigos a estes periódicos, para nenhum benefício financeiro direto, com a intenção de serem lidos por seus pares, com ambas as partes desejando que a informação seja compartilhada, devam passar pelo crivo de uma empresa com fins lucrativos simplesmente para ter seu trabalho distribuído em versão impressa e digital. O que o torna ainda mais estranho é que não há mais qualquer necessidade para tal procedimento. Nos últimos anos, como a informação tem sido cada vez mais eficaz e rapidamente trazida a nós por meio da internet, smartphones, tablets e aparatos similares, a nossa sede de acesso ao conhecimento tem crescido. Impedir o acesso é reprimir a vontade e desejo de compartilhar nossas próprias experiências.

Se analisarmos a forma como a internet funciona e o que torna a divulgação de informação eficaz na web, fica claro que o conteúdo aberto se espalha melhor, exerce mais influência e é utilizado em maneiras além do que as pessoas que o escreveram poderiam imaginar. Se não fosse pela importância do processo de revisão por pares, seria possível que mais pesquisadores se tornassem seus próprios editores, ou a sua instituição fornecesse os meios para a autopublicação.

Desse modo, todos aqueles interessados, mesmo de fora da academia, poderiam ter acesso a toda literatura científica produzida. Talvez o necessário seja um novo modelo de peer review que possa aplicar algumas das tecnologias utilizadas hoje por muitos sites para julgar comentários e respostas dos leitores, estabelecendo os métodos em um contexto acadêmico (SKAPEREN, 2012). Não só os artigos seriam revisados, mas as próprias revisões também seriam revistas pelos seus pares. Teríamos assim um meio não apenas de publicação, mas uma estrutura de revisão por pares, e de revisão por pares dupla. Tudo ao custo do funcionamento de alguns websites.

Nas considerações de Neylon (2012) os antigos editores acadêmicos, que existem simplesmente porque a internet ainda não havia nascido, já não agregam valor intrínseco a este processo de disseminação da informação. No entanto, eles não irão desaparecer, em particular porque possuem direitos autorais para quase todas as obras que publicaram até agora, e são detentores do prestígio que seus principais periódicos construíram ao longo do tempo.

Pode-se argumentar que o modelo de negócio das editoras acadêmicas comerciais ainda possui espaço ou perguntar-se por que alguém classificaria periódicos com base qualquer critério que não a qualidade histórica de seus artigos.

Assim como fumar já foi onipresente, cintos de segurança eram opcionais e os combustíveis fósseis pareciam infinitos, as editoras acadêmicas comerciais não foram consideradas um problema até recentemente. E isso precisa mudar. Qual é o custo de sustentar as editoras existentes? De incentivar pesquisadores interessados em saltos na carreira, se submetendo ao prestígio das revistas mas ignorando as suas práticas comerciais? Qual é o custo de deixá-los manter o que os pesquisadores e acadêmicos sempre lhes deram - o controle final e os direitos sobre os frutos de seu trabalho? (NEYLON, 2012).

Se a Primavera Acadêmica for bem sucedida na tentativa de revolucionar o processo de publicação acadêmica, poderá ser considerada um novo membro do grupo de influenciadores como a Wikipédia, o movimento de software livre e a própria internet, no inexorável rumo a um modelo de acesso aberto ao conhecimento (APPLETON, 2012). O passo seguinte pode ser encarado como um desafio maior: a colaboração das grandes empresas neste ato. Até o momento, a Primavera Acadêmica se resguardou a defender o caso das pesquisas financiadas pelos contribuintes. Com uma responsabilidade fiduciária para com seus acionistas, pode ser difícil imaginar corporações multinacionais voluntariamente oferecendo suas pesquisas de forma gratuita.

Poucos meses após sua criação, o website The Cost of Knowledge possui mais de 12.160 assinaturas (em 27 de junho, 2012) em favor do boicote à Elsevier. Houve uma série de ganhos para o acesso aberto ao longo do percurso da Primavera Acadêmica: um mês após lançamento do The Cost of Knowledge, a Elsevier retirou o suporte ao Research Works Act. Nesse mesmo dia, os proponentes do projeto de lei no congresso americano declararam que não tomariam nenhuma ação adicional sobre o projeto, efetivamente excluindo-o de suas pautas; dez acadêmicos informaram no website que renunciaram aos cargos de editores de periódicos com fins lucrativos; o Wellcome Trust (financiadora independente para pesquisas na Inglaterra) anunciou planos para retirar fundos a menos que os pesquisadores tornassem suas publicações disponíveis

gratuitamente; o Banco Mundial criou o seu repositório de acesso aberto; um projeto de lei nos EUA, a Lei de Acesso Público a Pesquisas Federais (Federal Research Public Access Act - FRPAA), vem ganhando apoio. É um projeto de lei que, se aprovado, irá expandir o acesso aberto a publicações financiadas pelo contribuintes - basicamente o oposto da Research Works Act.

Decerto que o preço e as questões jurídicas levantadas oficialmente pelo The Cost of Knowledge sobre a Elsevier são apenas alguns sintomas de um problema maior. A verdade é que o modelo de negócio das publicações acadêmicas comerciais tornou-se obsoleto. A bagagem histórica é a única razão para esses editores continuarem a possuir e lucrar com os direitos autorais dos pesquisadores, o trabalho de revisão e esforços editoriais.

Se fôssemos criar do zero um sistema de publicação para os pesquisadores de hoje, utilizando a tecnologia atual, não se pareceria nada como a Elsevier ou Springer (Neylon, 2012). O principal valor que eles ofereciam antes - um meio eficaz para distribuir o conhecimento - foi derrotado pela internet.

Uma mudança no modelo de comunicação científica, que fuja do intermédio de editoras acadêmicas com fins lucrativos, será difícil de ser capturada em uma única ação. Mas é um processo de mudança que está ao alcance da comunidade acadêmica e da sociedade civil, que qualquer pessoa pode ajudar a trazer: sensibilizando para a questão em si, para transformar o que significa pensar na disseminação da informação e a construção do conhecimento.

Alguns indivíduos-chave podem causar profundo impacto. Os editores podem iniciar ou mover seus periódicos em direção aos princípios do acesso aberto, abrindo mão dos editores que almejam grandes lucros, se necessário. Os desenvolvedores podem criar ferramentas baseadas na web, tomando como base experiências consolidadas como o academia.edu ou peerevaluation.org. Os autores podem publicar diretamente em periódicos de acesso aberto, ou pelo menos garantir que seu trabalho esteja disponível em sua página pessoal ou em formatos de acesso livre como através do arXiv¹⁰, PubMed¹¹ ou E-LIS¹².

Editores, revisores, pesquisadores, financiadores, bibliotecários e leitores podem trabalhar juntos para criar um processo de disseminação do conhecimento e consumo de informação, com uma atitude direcionada para maximizar o impacto produzido pelos resultados de pesquisa financiada com recursos públicos, em particular as publicações em periódicos científicos.

Para Neylon (2012), números podem quantificar o escopo, as receitas, as margens de lucro e o número de pessoas que não podem pagar os preços das editoras. Mas tudo isso não qualifica as verdadeiras consequências de permanecermos sentados, sem fazer nada. O custo de fazer nada é o custo do conhecimento.

¹⁰ <http://arxiv.org/>

¹¹ <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/>

¹² <http://eprints.rclis.org/>

Artigo recebido em 04/07/2012 e aprovado em 06/09/2012.

Referências

ALMEIDA, Elenara Chaves Edler de; GUIMARÃES, Jorge Almeida; ALVES, Isabel Teresa Gama. Dez anos do portal de Periódicos da Capes: histórico, evolução e utilização. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, v. 7, n. 13, 2010. Disponível em: <<http://ojs.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/194>>. Acesso em: 22 jun. 2012.

APPLETON, James. The cost of knowledge: open sourcing and the ‘academic spring’. *Open Democracy*, 7 maio 2012. Disponível em: <<http://www.opendemocracy.net/ourkingdom/james-appleton/cost-of-knowledge-open-sourcing-and-%E2%80%98academic-spring%E2%80%99>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

BRAGA, Gilda Maria. Informação, ciência, política científica: o pensamento de Derek de Solla Price. *Ciência da Informação*, v. 3, n. 2, p. 155-177, 1974.

DJSTATES. [Comentário sobre o artigo] Open access to research is inevitable, says Nature editor-in-chief. *The Guardian*, 9 June 2012. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/science/2012/jun/08/open-access-research-inevitable-nature-editor?commentpage=1#comment-16536001>>. Acesso em 20 jun. 2012.

FISTER, Barbara. An academic spring?. *American Libraries*, 4 Apr. 2012. Disponível em: <<http://americanlibrariesmagazine.org/features/04042012/academic-spring-updated>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

GOWERS, Timothy. Elsevier: my part in its downfall. *Gowers's Weblog*, 21 Jan. 2012. Disponível em: <<http://gowers.wordpress.com/2012/01/21/elsevier-my-part-in-its-downfall/>>. Acesso em: 22 jun. 2012.

MCGUIGAN, Glenn; RUSSEL, Robert .The business of academic publishing: a strategic analysis of the academic journal publishing industry and its impact on the future of scholarly publishing. *Electronic Journal of Academic and Special Librarianship*, v. 9, n. 3, 2008. Disponível em: <http://southernlibrarianship.icaap.org/content/v09n03/mcguigan_g01.html>. Acesso em: 22 jun. 2012.

MONBIOT, George. Academic publishers make Murdoch look like a socialist. *The Guardian*, 29 Aug. 2011. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2011/aug/29/academic-publishers-murdoch-socialist>>. Acesso em: 22 jun. 2012.

MORRISON, Heather. *Freedom for scholarship in the internet age*. 2011. Tese (Doutorado em Comunicação)- Simon Fraser University School of Communication, out. 2011. Tese em andamento. Disponível em: <<http://pages.cmns.sfu.ca/heather-morrison/chapter-two-scholarly-communication-in-crisis/>>. Acesso em: 22 jun. 2012.

NEYLON, Tyler. Life after Elsevier: making open access to scientific knowledge a reality. *The Guardian*, 24 Apr. 2012. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/science/blog/2012/apr/24/life-elsevier-open-access-scientific-knowledge>>. Acesso em: 22 jun. 2012.

SKAPEREN. [Comentário sobre o post] *Elsevier: my part in its downfall*. 27 Jan. 2012. Disponível em: <<http://gowers.wordpress.com/2012/01/21/elsevier-my-part-in-its-downfall/#comment-14835>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

TAYLOR, Graham. Attacking publishers will not make open access any more sustainable. *The Guardian*, 25 May 2012. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/science/2012/may/25/attacking-publishers-open-access-sustainable>>. Acesso em: 22 jun. 2012.

TAYLOR, Mike. The Publishers Association is hallucinating. *Sauropod Vertebra Picture of the Week*, 25 May 2012. Disponível em: <<http://svpow.com/2012/05/25/the-publishers-association-is-hallucinating/>>. Acesso em: 22 jun. 2012.

WALPORT, Mark. Wellcome trust joins 'academic spring' to open up science. *The Guardian*, 9 Apr. 2012. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/science/2012/apr/09/wellcome-trust-academic-spring/>>. Acesso em: 22 jun. 2012.

WISE, Alicia. Open access to research is inevitable, says Nature editor-in-chief. *The Guardian*, 8 June 2012. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/science/2012/jun/08/open-access-research-inevitable-nature-editor/>>. Acesso em: 22 jun. 2012.